



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 148

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 148

26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Requerimentos	03
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	06
Discussão / Votação:	

Redação Final	07
3ª Discussão	07
2ª Discussão	07
1ª Discussão	13
Discussão Única (Proposições)..	16
Requerimentos	17
Encerramento da Sessão	17
Transcrições.....	17
Publicações:	
Comissão Executiva	
Indicações Legislativas	18
Atas de Comissões	
Saúde Pública	21

DIÁRIO Nº 148

26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2006

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

Presenças:

Às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Her- mas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Bor-

ghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (50).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pastor Edson Praczyk, Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos e Renato Gaúcho (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 2928**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transformação da Sessão Ordinária de 15/12/06 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 061, 247, 248, 545, 548, 555, 560, 561, 563 e 577/06 e dos Projetos de Resolução nºs 005, 006, 019/05 e 018/06.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Cleito Kielse, Alexandre Curi, José Domingos Scarpellini, Marcos Isfer, Carlos Simões, Edson Strapasson, Luiz Carlos Martins, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Francisco Bühler, Durval Amaral, Elio Rusch, Luiz Fernandes da Silva Litro, Hermes Fonseca, Ailton Araújo, Artagão Júnior, Plauto Miró Guimarães e Miltinho Pupio.

REQUERIMENTO Nº 2920

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM a supressão dos artigos 45 e 46 do Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 487/06, que dispõe sobre a Lei Orçamentária para 2007.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Nereu Moura, Geraldo Cartário, Nelson Garcia, Duílio Genari, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Luiz Nishimori, Natálio Stica, Mauro Moraes, Rafael Greca, Elza Correia, Elton Carlos Welter, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Vanderlei Iensen, Cleiton Kielse, Jocelito Canto e Chico Noroeste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 207, do Regimento Interno, a votação em separado, dos artigos 45 e 46 do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 487/06, Lei Orçamentária para o exercício de 2007, apresentado pela Comissão de Orçamento.

“Art. 207. A decisão da comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.”

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURTI, MILTINHO PUPPIO, HERMAS BRANDÃO, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ NISHIMORI, ARTAGÃO JÚNIOR, CARLOS SIMÕES, CAÍTO QUIN-

TANA, ELZA CORREIA, MAURO MORAES, ANTONIO ANIBELLI, RAFAEL GRECA, NATÁLIO STICA, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, CLEITON KIELSE, NEREU MOURA, VANDERLEI IENSEN, FRANCISCO BÜHRER e DOBRANDINO DA SILVA.

REQUERIMENTO Nº 2903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa de voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Ryokazu Yotsumoto, em data de 13/12/06.

Deixa viúva a Sra. Fusako Yotsumoto e as filhas Cecília Satie Silvia e Itsuko Marta Kondo.

Consternados expressamos à família enlutada os mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2906

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. César Eduardo José Araújo de Oliveira.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2923

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 11 de dezembro do corrente ano, do ex-Vereador José João Moletta.

O Sr. José João Moletta, 90 anos, nasceu em São José dos Pinhais no dia 29 de janeiro de 1916. Com dez anos de idade já se destacava como exemplo de aluno, auxiliando os professores como monitor de classe, e nesta mesma época iniciava sua atividade na lavoura, trabalhando até os 18 anos, passando a servir a Pátria na Primeira Companhia do Batalhão do Exército, onde aprendeu a sua profissão de construtor.

Casou-se com Júlia Pampuch Moletta no dia 09 de setembro de 1940, tiveram oito filhos: Valdomiro (*in memoriam*), Maria Divanir (*in memoriam*), Mercedes, Hugo, Marli, Ruth, José Ernani e Ademar (*in memoriam*). Com família constituída, retornou à lavoura, de onde retirava o sustento dos familiares, trabalhou com comércio de secos e molhados, e também como carpinteiro, colaborando na construção e desenvolvimento da Cidade de São José dos Pinhais.

Em 1976 ingressou na política do município, ficando na suplência de Vereador, e já na eleição seguinte foi eleito para uma das vagas do legislativo municipal. Foi um Vereador bastante atuante, sempre defendendo os interesses da comunidade, buscando o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes.

José João Moletta, mesmo trabalhando como agricultor, comerciante, construtor e Vereador, sempre deu continuidade ao seu trabalho como massagista, sem nenhuma remuneração, pois tinha como principal objetivo servir o próximo com o dom que Deus lhe concedeu, ajudando a tirar a dor com as suas massagens.

Prestou grande colaboração ao município com seu conhecimento, convívio e participação. Pessoa muito querida por todos que o conheciam, deixando muitas saudades aos amigos e familiares. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada no endereço: Rua Mendes Leitão, 450 - Centro - São José dos Pinhais - CEP: 83.005-150.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 12 de dezembro do corrente ano, do Sr. Adolfo Cetnarski.

O Sr. Adolfo Cetnarski, 78 anos, nasceu em São José dos Pinhais, na localidade de Colônia Murici, residiu e manteve suas atividades no ramo da agricultura, em uma chácara pertencente à família e de onde mais tarde também iniciou novas atividades comerciais voltadas ao segmento de transportes de cargas.

Também de origem polonesa, foi um homem atuante em sua comunidade, sempre que o assunto fosse a manutenção e a preservação dos costumes étnicos, como forma de manter nas novas gerações, os traços de seus ancestrais.

Católico praticante, Adolfo Cetnarski, deixa sua passagem marcada entre os que o conheceram, por sua conduta simples, solidária e principalmente amiga. Na Paróquia da Colônia Murici, além de presença assídua nas missas e nos eventos comunitários, o Sr. Adolfo Cetnarski era também um dos integrantes do Coral da Igreja, cujo gosto pelo canto de músicas sacras era para ele uma forma de demonstrar toda a sua fé.

Pessoa de ilibada conduta social gozava de grande prestígio na comunidade, a qual ele serviu como pessoa e como homem público, onde foi Vereador Municipal de São José dos Pinhais, desempenhando papel de grande importância à comunidade.

Deixa viúva a Sra. Madalena Fonsaca Cetnarski e seis filhos: Justina, Filomena, Zita, Daniel, Regina e Ana Paula. Pessoa muito querida por todos que o conheciam, deixando muitas saudades aos amigos e familiares. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada no endereço: Rua General Mena Barreto Monclaro, 390 - Centro - São José dos Pinhais - CEP: 83.005-510.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2904

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Senador Álvaro Fernandes Dias, escolhido o melhor Senador de 2006 na eleição do site Congresso em foco.

O Senador recebeu 624.381 votos.

Os participantes foram escolhidos por meio de enquête realizada por jornalistas que cobrem o Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2908

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à TV Paraná Educativa pelo Programa Willian e Renan, que vai ao ar aos domingos a partir das 13h, com reapresentação às 22h30 de terças-feiras.

Apresentado pelos cantores da dupla sertaneja Willian e Renan, o programa está conquistando o público pela maneira simples e extrovertida como é apresentado, ensejando a oportunidade para a revelação de novos talentos e valorizando a cultura paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência aos apresentadores do programa, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2910

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em nome de seu Presidente e estendida à todos os servidores, pelo excelente atendimento prestado aos partidos políticos, comitês e candidatos registrados nas eleições 2006.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Presidente do TRE-PR, Exmo. Sr. Desembargador Clotário de Macedo Portugal Neto, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2926

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações a Câmara de Deputados Federais pela aprovação da Lei nº 4.679.

Requer ainda, que seja dado ciência aos Deputados Federais Aldo Rabelo e Nilson Mourão, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

É com grande satisfação que recebemos a aprovação do Projeto de Lei nº 4.679 da Comissão Especial da Câmara Federal, que torna obrigatória a adição de amido de mandioca na farinha de trigo, na proporção de até 10%, para produtos adquiridos pelo Poder Público para utilização em programas do Governo.

Responsável pela produção de 70% do amido do país, o Paraná será o grande beneficiário com a aprovação deste projeto. O projeto de lei, que tramita em caráter terminativo, segue agora para o Senado e posteriormente para sanção do Executivo. De autoria do Deputado Aldo Rabelo, o texto atual foi relatado pelo Deputado Nilson Mourão. Aqui no Paraná lutávamos por esta aprovação, denominando como Pão Brasileiro, no propósito de sermos os paranaenses os maiores beneficiários com esta alteração.

Com essa medida, além de beneficiar as indústrias de amido paranaense, a adição de amido e vitaminas servirá como complemento na merenda escolar e alimentação para creches, presídios e forças armadas. A adição será gradativa, na relação de 3% no primeiro ano de vigência da lei, 6% no segundo e 10% no terceiro ano, com estimativa de geração de 30.000 postos de trabalho.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2929

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações aos 40 anos de fundação da Pinduca Indústria de Alimentos Ltda., instalada no município de Araruna-PR.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Diretor Presidente Sr. Hermes Campos Teixeira, parabenizando-o pelos 40 anos de fundação e a seus diretores pelo brilhantismo na direção da empresa e empreendedorismo, bem como, aos seus 300 colaboradores diretos e mais de 1500 indiretos na fabricação de aproximadamente 50 produtos

derivados de mandioca e amido em processo industrial de alta tecnologia, impulsionando a economia da região como principal geradora de empregos e impostos em indústria genuinamente paranaense instalada no município de Araruna-PR.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2917

Senhor Presidente:

Os Deputados do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscrevem, vêm REQUERER, seja aprovado em Plenário, na forma regimental, voto de louvor, pela recente criação, pelo Vaticano, da Diocese de São José dos Pinhais, da qual, Dom Ladislau Biernaski será o primeiro Bispo Diocesano.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(aa) TADEU VENERI, ELTON CARLOS WELTER, PADRE PAULO CAMPOS, PEDRO IVO ILKIV e HERMES FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

No último dia 6 de dezembro foi criada, pelo Papa Bento XVI, a Diocese de São José dos Pinhais, que vai abranger 13 municípios, com uma população de, aproximadamente, 700 mil habitantes.

O primeiro Bispo será Dom Ladislau Biernaski, de ampla trajetória episcopal na Arquidiocese de Curitiba, por isto, merece a homenagem desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2921

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem muí respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Álvaro Dias, tendo em vista a grande contribuição dada ao Paraná. O reconhecimento veio através da votação realizada pelo Site Congresso em Foco, na qual Álvaro foi eleito o melhor Senador do Brasil com 624.381 votos. Segue abaixo breve biografia:

Natural de Quatá/SP, professor formado pela Universidade Estadual de Londrina/PR.

Foi Presidente do Diretório Acadêmico Rocha Pombo.

Vereador em Londrina (Líder do MDB).

Deputado Estadual (Líder do MDB).

Deputado Federal (maior votação proporcional da história do Paraná), por dois mandatos. Foi Vice-Líder do PMDB.

Senador da República (Vice-Líder do PMDB; Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural e Vice-Presidente da Comissão de Economia).

Governador do Paraná (15.03.87 a 15.03.91), eleito pelo PMDB com 68% dos votos (maior votação majoritária da história do Paraná).

Presidente da Telepar (1997).

Senador da República, eleito em 1998 pelo PSDB, com 65,13% dos votos válidos (Presidente da CPI do

Futebol, Presidente da CPMI da Terra e Vice-Líder do PSDB).

Por toda contribuição dada à população o Senador Álvaro Dias merece esta homenagem.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2911

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de Moção de Louvor à Prefeitura do município de São Pedro do Paraná.

São Pedro do Paraná acaba de ser citado pelo Tribunal de Contas do Estado, como o primeiro município a ter suas contas aprovadas referentes ao ano de 2005.

Diligentemente administrado pelo Prefeito João Batista Fernandes, acolitado pelo seu competente Vice-Prefeito Vanderley Pasqualli, assessorado por uma equipe funcional dinâmica, dedicada e excelentemente preparada, além de gozar de perfeita comunhão de propósitos junto à sua Câmara de Vereadores, a administração municipal de São Pedro do Paraná é referência no trato e na condução da coisa pública.

Que, da decisão desta Casa, se dê conhecimento às entidades citadas e que o documento de reconhecimento, a Moção de Louvor, seja entregue por este Parlamentar, representante daquela comunidade nesta Assembleia Legislativa paranaense, durante reunião da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, a Amunpar.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2907

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Exmo. Sr. Emerson José Nerone, encaminhando solicitação da Associação Comunitária Uraense.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2909

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando a construção de um novo Colégio de Ensino Fundamental e Médio, na Zona Sul de Londrina, região de mais de 100 mil habitantes, que enfrentará problemas na distribuição de vagas por conta da implantação do sis-

tema “georreferenciamento”, por parte da Secretaria de Estado da Educação. Os transtornos já começaram a ser verificados para os pais e alunos que, em alguns casos, terão que percorrer até 10 km de distância para poder estudar.

Requer também, envio de expediente com o mesmo teor ao Conselho Estadual de Educação, em nome da Presidente, Ilma. Sra. Shirley Augusta de Souza Piccioni.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o artigo “Um homem plantando árvores”, de autoria de Walmor Macarini, publicado no jornal Folha de Londrina, distribuído no dia 14.12.06.

Requer ainda, que seja dado ciência ao autor, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) BARBOSA NETO

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Requerimento nº 2928, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, com apoio dos Srs. Deputados Cleiton Kielse, José Domingos Scarpellini, Marcos Isfer e demais Srs. Deputados, constantes do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 15 de dezembro (sexta-feira) em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 061/06, 247/06, 248/06, 545/06, 548/06, 555/06, 560/06, 561/06, 563/06 e 577/06 e dos Projetos de Resolução nºs 005/05, 006/05, 019/05 e 018/06. **Recebido. Protocole-se. Conforme artigo 107, parágrafo 2º, decorrido o prazo de 24 horas, incluir o requerimento para deliberação em Plenário.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 355/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que proíbe a venda de álcool líquido 96° GL no Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 055/05, de 06.06.05, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/06, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a venda de rifas por alunos das escolas estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/05, que institui o Programa de Recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na segurança pública, mediante prestação de informações precisas e decisivas na elucidação de fatos investigados pela polícia, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que denomina “Rodovia Antonio Anibelli”, a PR-662, trecho que liga os municípios de Mangueirinha a Segredo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/06, de autoria da Deputada Elza Correia, que altera a Lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 250/06

Inserir artigo ao Projeto de Lei nº 250/06, renumerando o atual artigo 2º.

“Art. 2º O inciso I do artigo 19, da Lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19...

I - multa simples ou diária correspondente no mínimo a R\$ 1.000,00 e no máximo R\$ 50.000,00, agravada no caso de reincidência específica;”

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Miltinho Pupio, José Domingos Scarpellini, Nelson Garcia e Luiz Carlos Martins.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente emenda é de atualizar monetariamente a multa, tendo em vista que a Lei nº 12.493 é do ano de 1999, e a quantia mínima estipulada naquela época não causa, hoje, impacto aos infratores.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o item nº 5, esse projeto, gostaria de saber de quem é a emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado por vários Srs. Deputados.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

É inacreditável, desde 2003 na Casa, foi retirado, é um projeto de interesse público, com parecer favorável, com a ajuda do Deputado José Maria nós refizemos esse projeto, havia uma concordância que ele é de interesse público e agora faz essa emenda para tentar obstruir o projeto. Como último dia da minha estada nesta Casa, sinto-me frustrada com essa tentativa.

Acho que pelo menos os companheiros autores deviam proceder como eu sempre tive procedimento nesta Casa e conversar com o autor, discutir, propor emenda e não fazer essa jogada de última hora para voltar para a CCJ para o projeto não ser votado nesta Legislatura.

Lamento profundamente que não haja por parte dos meus colegas o mesmo comportamento de companheirismo que tive até hoje nesta Casa. Lamento profundamente e quero que fique registrado.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/06, de autoria do Tribunal de Justiça - OF. 052/06, que objetiva criar o Fundo Judiciário, destinado à construção e manutenção do Centro Judiciário de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Corretiva de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 453/06

Fica alterado o parágrafo 2º do artigo 6º do Projeto de Lei nº 453/06, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º...

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior e para frente às despesas decorrentes da execução desta lei, fica autorizada a abertura de um crédito adicional especial, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), utilizando como recursos aqueles previstos no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.”

Sala das Sessões, em 14.12.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente emenda corretiva, atendendo solicitação feita, através do Ofício nº 681/06, em anexo, do Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, Presidente do Tribunal de Justiça.

Em votação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Para Discutir**)

Quería indagar à Mesa em que data que foi relatado e quem era o Relator?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Estamos votando o item 06.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Exatamente. Este mesmo. Em que data passou pela Comissão de Constituição e Justiça e quem teria sido o Relator quando ele retornou para a Comissão?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em 2ª Discussão.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Eu sei, ele teve uma Emenda de Plenário e voltou para a CCJ. Quería saber quem foi o Relator e quem teria sido o Relator.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não houve uma emenda da Comissão de Finanças, Deputado Barbosa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não passou pela CCJ, na segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não houve emendas em 2ª Discussão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Esse é um projeto que já a Deputada Elza apresentou num momento anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mas V. Exa. está falando do item 06?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sim.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nós estamos votando o item 6, Deputado José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Ah, tá! Mas então é só uma Questão de Ordem que eu ainda quero fazer, porque a emenda já foi apresentada, este é um projeto extremamente interessante para Londrina, para a região metropolitana, para Ibiporã, porque veda o que estão querendo colocar lá, que é um lixão na porta da pista do aeroporto. Esta lei tem este condão. É estranho que este projeto receba uma emenda para ser remetida à CCJ no final do período legislativo. Não consigo entender, porque o projeto está adequado. A Deputada Elza reduziu para dez quilômetros de distância para que pudesse ser compatível com a localização e eu indago: quem é o subscritor da emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Já foi colocado, Deputado José Maria. O Deputado Hermas Brandão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Continuo a não compreender a iniciativa do Presidente.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um encaminhamento através de um requerimento verbal, para que este projeto seja retirado de pauta, porque nós já discutimos na CCJ. Já existe o Funrejus que prevê o mesmo Fundo Judiciário que é destinado à construção e manutenção do Centro Judiciário de Curitiba. Nós gostaríamos de fazer esse encaminhamento, pedindo a retirada por duas Sessões.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

O Deputado Barbosa Neto levanta a possibilidade de apresentar a retirada deste projeto. É um projeto que cumpre a finalidade da constitucionalidade, da legalidade. Nós tínhamos um problema que era a preocupação do interior, a partir da Constituição e depois ser esvaziado o Funrejus e depois, não ter recurso para investir nas comarcas do interior. Para nós, juntamente com o Deputado Hermas Brandão, com o Tribunal de Justiça, apresentamos uma emenda em que ele circunscreve a existência do Fundo Judiciário, ao período da construção, mais três anos após a autorização do recebimento da obra. Isto por quê? Porque aí, é uma obra de duzentos e trinta milhões, aproximadamente. O Judiciário precisa

desses recursos, precisa ter isto alocado e é extremamente importante. Temos a construção do Judiciário no Ahú. O Governo já fez iniciativa neste sentido e se nós não assegurarmos os recursos, amanhã poderão retornar os presos, para aquela prisão provisória do Ahú e nós não podemos permitir isso.

Por esta razão, solicito a V. Exa. que retroceda da decisão e que nós continuemos na votação, porque é interessante para o Paraná. Nós asseguramos que esses recursos não possam ser objeto nem de subsídios e nem de vencimentos. Antes, estava só de vencimentos. Nós acrescentamos os subsídios. Foi a emenda feita com a aquiescência da Comissão de Finanças e discutida com o Tribunal de Justiça e com a participação do Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia.

Encareço a V. Exa. O projeto está adequado. Esta é a colocação que faço, na condição de Relator do projeto.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (**Pela Ordem**)

Faço uma proposta para que este projeto seja retirado da pauta e, amanhã pela manhã, retornasse e aí haveria tempo para todos aqueles que têm dúvidas estejam analisando e que amanhã possamos fazer a votação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente nós sabemos que houve essa emenda da Comissão de Finanças e também colocamos algumas questões de dúvidas em relação ao projeto quando ele foi encaminhado para a CCJ.

Concordaria com a proposta do Deputado Vanderlei Iensen. Quem sabe amanhã teremos mais condição de analisar com mais profundidade. Que fique aqui registrado que já existe um fundo que já arrecada milhões e milhões de reais. Nós não queremos atrapalhar o Judiciário, mas quem vai pagar a conta novamente é a própria população. Mais uma vez, eu creio, que deve ser discutido com mais profundidade.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Só para esclarecer algumas dúvidas, do Deputado Barbosa Neto.

Esse fundo está sendo criado para construir o complexo do Judiciário onde era antigamente o antigo presídio do Ahú. Não vai acrescentar mais despesa para o cidadão que usa a Justiça. Vão ser usados recursos do Funrejus que já está estabelecido por lei e o recurso do próprio Estado. É a forma inclusive, de recurso do Funrejus de ser aplicado nessa obra e mais vinte milhões do Banco do Brasil. Não há mais despesas, não há mais ônus para o usuário.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o projeto.

Ressalvada a emenda. **Aprovado.**

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

A pedido do Deputado Hermas Brandão, que no item 5 da Deputada Elza Correia, o Deputado Hermas Brandão retira a emenda.

Portanto, nós vamos colocar em votação o item 5.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu quero agradecer o Deputado Hermas Brandão, pela sensibilidade de retirar o projeto, porque efetivamente, nós continuaríamos com um problema sério na região metropolitana de Londrina, que o Durval, o André, conhecem a instalação de um lixo industrial que com certeza nós traríamos dificuldade até para a universidade tecnológica, que está para ser instalado naquela região.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/06, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2007. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2920, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Nereu Moura, Geraldo Cartário, Nelson Garcia e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a supressão dos artigos 45 e 46 do Substitutivo Geral - **Retirado pelo autor.**

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Sr. Presidente, ao Substitutivo do Orçamento Geral, cabe apenas emenda assinada por um terço dos Srs. Deputados. Em hipótese alguma cabe qualquer tipo de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O requerimento está assinado por um terço dos Deputados.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Requerimento não é emenda, nobre Presidente.

O Regimento prevê emenda apresentada por um terço.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, é justamente nessa linha, porque se há o requerimento, Srs. Deputados, o que se está fazendo aqui é através de um requerimento retirar aquilo que foi aprovado há meia hora atrás.

Há meia hora atrás aprovamos um orçamento e aprovamos inclusive o que pode e o que não pode ser gasto com saúde. Aprovamos que a Emenda Constitucional nº 29, respeitada. O que está se fazendo através do

requerimento é retirar aquilo, que a Audiência Pública e diversos Deputados que estão aqui, inclusive assinaram, através da Audiência Pública, uma emenda ao orçamento, que posteriormente foi acatada pela Comissão de Orçamento, dizendo o que pode e o que não pode ser gasto com saúde.

Primeiro que eu concordo com o Deputado Marcos Isfer que não pode ser através de requerimento e se for como emenda tem que voltar para a Comissão do Orçamento e não se vota hoje, espera-se que a Comissão de Orçamento se reúna para posteriormente deliberar sobre isto. Só estou aqui tentando fazer essa interferência, porque veja, Deputado Strapasson, o senhor como Presidente da Comissão de Orçamento, se aprovamos o requerimento, primeiro que é ilegal o requerimento, se aprovamos como Emenda, a Emenda vai ter que fazer com que seja votado primeiro na Comissão de Orçamento, para depois voltar a Plenário.

Não é possível atropelarmos o Regimento. Segundo - o que se pretende quando se diz que não há relação entre o SAS, que deve ser mantido no SUS, há uma divergência. O SAS - Sistema de Atendimento de Saúde do Servidor Público do Estado do Paraná e que nós achamos que deve continuar, não pode ser pago com gastos oriundos do SUS, porque é um sistema fechado, é um sistema que qualquer um de nós aqui não pode, por exemplo, qualquer um que não seja servidor público, não pode ter acesso. Como que o Sistema Universal de Saúde pode contemplar o sistema fechado?

Segundo - Os gastos - mesmo os gastos com o SAS dentro do SUS, mesmo os gastos de alta complexidade são encaminhados pelo SUS. Quer dizer, não tem sentido o requerimento que está se fazendo para retirar aquilo que nós aprovamos anteriormente.

Embora, o Governo Federal - e conversei com o Deputado Dobrandino - encaminhe no mesmo sentido, há uma Portaria nº 2407 de 2003 do Ministério de Saúde que proíbe fazer essa intervenção.

Lembro aqui que há dois anos o Governo Federal tentou colocar o Fome Zero como Saúde e foi derrubado no Congresso Nacional. Não, é porque é Governo do PT que eu vou concordar com isso também. Se o Governo seja do Partido que for está ferindo aquilo que determina a Constituição Federal, não pode aprovar. É nesse sentido, Sr. Presidente, que nós estamos requerendo primeiro que esse requerimento não pode pela questão regimental, ser aceito. Se for aceito como emenda, estou pedindo aos Srs. Deputados que votem contra essa emenda, nós precisamos derrubar essa emenda para manter o projeto original. Obviamente que se aprovamos essa emenda vai fazer com que o Orçamento não possa ser votado.

Essas considerações têm que ser feitas. Se não quisermos votar o Orçamento hoje, aí emperrou tudo, até porque o Orçamento deve ser votado e aprovado hoje, o Deputado Elio Rusch lembra que se for emenda vota em Comissão, se for requerimento é ilegal. Não tem como. Ou nós vamos votar como emenda, espero que como

emenda vai ser derrotado, mas não é emenda, ainda que subscrito por um texto, como requerimento não pode.

Sr. Presidente, acho que a Mesa não pode acolher um requerimento, se a Mesa acolhe uma emenda, solicito ao Plenário que nós derrubemos a emenda para mantermos aquilo que foi objeto de audiência pública aqui e diversos Deputados assinaram que é o cumprimento do que diz a Emenda Constitucional nº 29, e é o que diz a Lei nº 8080 do SUS.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Conforme o artigo 207, respondendo ao Deputado Marcos Isfer e ao Deputado Tadeu Veneri a decisão da Comissão sobre as emendas é final. A menos que um terço dos membros da Assembléia requeria votação em Plenário sem discussão de emendas aprovadas ou rejeitadas na Comissão do Orçamento. Está se tratando de uma emenda da Comissão de Orçamento. Portanto, será colocado em votação e o Plenário é soberano para derrubar ou não a emenda.

(Tumulto em plenário)

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, antes de mais nada este Substitutivo foi aprovado por unanimidade na Comissão. Foi amplamente debatido, inclusive com a Secretaria de Planejamento, com a Secretaria de Saúde, com todos os seus segmentos.

Então, não cabe neste momento nós fazermos emenda àquilo que votamos em dois momentos, tanto na Comissão, por unanimidade, como aqui também, o substitutivo por unanimidade.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, exatamente isso. Ao ler o artigo, V. Exa. vai perceber que não se refere ao objeto. O objeto é um substitutivo, vem ele fechado. Vota SIM ou vota NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Tinha 1/3 dos Deputados, conforme nosso Regimento Interno.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na primeira votação...

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Há uma tramitação especial, Sr. Presidente, em relação ao orçamento, V. Exa. sabe bem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Presidência quer se imparcial. Não está tomando posição em nenhum lado. Mas, conforme o requerimento temos que colocar...

(Tumulto no plenário)

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. para que cada um falasse de uma vez, para que pudéssemos pedir Questão de Ordem também.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Está com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Pela Ordem)**

A questão do orçamento, não tem constitucionalidade ou não, porque é uma lei que já está prevista para ser apreciada. Em primeira votação só foi apreciado o mérito e não há como mexer na peça orçamentária. Ou SIM ou NÃO. Nós tivemos esta experiência na primeira votação o ano passado, onde veio uma forma restritiva e havia a argumentação do Deputado Líder do Governo, que nós não poderíamos votar. Nós deveríamos fazer uma emenda e não houve esta possibilidade. Sr. Presidente, questão votada não se vota mais. Não podemos aceitar esta emenda. Haverá ações judiciais questionando este comportamento, se eventualmente for acolhido.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Até para tentar contribuir. Se nós já aprovamos, vamos tentar fazer o raciocínio. Se nós já aprovamos, porque são duas votações únicas da peça orçamentária, se nós já aprovamos a primeira e a mesa tem uma assessoria competente que pode esclarecê-lo, quando nós aprovamos o projeto, ao projeto se couberem emendas, na segunda, como emendas elas têm que retornar. Agora, não pode fazer um requerimento para tirar um pedaço do orçamento. Porque se for para retirar, tem que ser através de emendas. É claro! Se não, como fazemos? Se não for através de emendas, faremos através do quê?

Então, Sr. Presidente, faço uma solicitação a esta Mesa: se for o caso, que suspendamos por cinco minutos, apresentamos outro requerimento para que seja suspenso este requerimento. Não tem sentido isso!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Não é requerimento, Deputado. É uma emenda supressiva.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Mas, se é uma emenda, vai ter que voltar para a Comissão de Orçamento. Como é que vamos votar uma emenda sem conhecer...

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

De acordo com o artigo 207, a decisão é do Plenário se tiver 1/3 dos Deputados. Mas, a emenda está assinada por um terço.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Ainda assim, teria que voltar para a Comissão de Orçamento. Me perdoe, mas estou tentando fazer o

entendimento de que se for como emenda ela tem que voltar para a Comissão de Orçamento. Porque afinal, quem vai examinar a emenda?

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

O Plenário.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Não, Sr. Presidente. O Plenário não é soberano às comissões. As comissões são regimentais.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

V. Exa. poderá encontrar respaldo no artigo 207.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Não, Sr. Presidente, não é isto. As comissões não podem ser submetidas a uma decisão do Plenário, que atropela a discussão da comissão.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, a Comissão de Orçamento tem um trânsito diferenciado. Nós analisamos o orçamento como um todo, acatamos as emendas que a comissão entende por bem acatar. Estas emendas são votadas, é feito um substitutivo, este substitutivo vem a Plenário. No momento em que vai votar o substitutivo pela sua primeira votação. Sr. Presidente, eu pediria que a assessoria da Mesa e V. Exa., por favor, nos desse um pouco de atenção. Quando o substitutivo é votado pela primeira vez, se ali quer se fazer alguma alteração ao substitutivo seria o momento correto. Poderia um terço dos Srs. Deputados suprimirem naquele momento, ou adicionarem naquele momento, ao substitutivo algum tipo de alteração. A partir do momento em que o substitutivo foi aprovado não há mais como, numa segunda votação, que é meramente referendada, já que ele pela primeira votação já estaria votado e aprovado, já estaria, numa única votação, votado e aprovado, não requer-se uma segunda votação.

Não há como uma segunda votação querer se alterar aquilo que já foi definido. O momento correto, se havia um momento em que o Plenário queria manifestar-se, teria que ter ocorrido na primeira votação. Porque não há o que se discutir sobre constitucionalidade ao votarmos o orçamento, o orçamento por isso tem um trâmite diferenciado, ele sempre é constitucional, ele é sempre oriundo do Executivo, então ele é sempre constitucional. Ao votar-se esse substitutivo na primeira votação poderia efetivamente o Plenário manifestar-se por alguma alteração; em segunda não há a mínima possibilidade, Sr. Presidente, de nós virmos a fazer essa consideração.

E eu gostaria de lembrar a todos que não há nenhuma dificuldade, e até por isso a Comissão toma sempre o cuidado de colocar em artigos distintos as matérias. Porque se há entendimento do Governo de que não pode suprimir, ou que não deve, ou que não quer, ele que o faça através de veto, não há necessidade de ser votado

aqui, ao arrepio da lei, como uma forma de emenda totalmente desrespeitosa ao que esse Plenário, ao que a Comissão de Orçamento já realizara.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Eu sugiro que a Mesa suspenda a Sessão por dois, ou cinco minutos, até nós decidirmos, porque é uma questão fundamental para a decisão se V. Exa. colocar em votação antes de nós discutirmos plenamente esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Eu suspendo a Sessão por três minutos para que os Líderes do Governo, da Oposição, a Comissão de Orçamento, possam buscar um entendimento.

(É reaberta a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Conforme entendimento, não será acatada a emenda, e nós vamos votar o projeto do jeito que estava na forma original.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para encaminhamento, já que a decisão da Mesa é soberana, o que eu quero dizer é que o projeto, que tem um Substitutivo Geral na Comissão de Orçamento, não se encerra na Comissão de Orçamento porque o Plenário sempre será superior a uma Comissão da Casa.

A questão que V. Exa. está discutindo é se é na primeira ou na segunda votação do Substitutivo que pode ou não pode ser alterado. Como V. Exa. não está aceitando, quero deixar claro e patente a todos aqueles Deputados que aqui estão e estarão no ano que vem, que o Governo do Estado, por questões de legalidade, de entendimento da legislação, da mesma forma que o plano federal, tem colocado assistência aos hospitais, à educação superior, ao saneamento básico como nome de saúde.

Se esse projeto passar, como V. Exa. está determinando, o Governo do Estado, seguramente, vetará o artigo 45 e o artigo 46. Se nós acatamos a decisão de V. Exa. é para evitar que qualquer questionamento legal possa interromper a aplicação do orçamento no ano que vem. No entanto, fica claro pela Bancada do PMDB e a Bancada de Sustentação do Governo, que haverá veto nesses dois artigos.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Só quero complementar o Deputado Caíto Quintana.

Acho que o veto é uma prerrogativa do Chefe do Executivo e nós, obviamente, respeitamos essa prerrogativa e entendemos a Assembléia como um poder indepen-

dente que saberá, a seu tempo, examinar as questões do veto.

Agora, o que eu entendo, também, e acho que essa é a consideração que gostaria de fazer, Sr. Presidente, é que nós estamos tendo, aqui no Paraná, algumas vezes, dificuldades com repasse do Governo Federal e não é deste Governo não, é de vários Governos. No ano 2000, desde que tivemos a Emenda Constitucional nº 29 ela não vem sendo cumprida e vem impedindo, inclusive, Sr. Presidente, que nós tenhamos condições de receber repasse do Governo Federal. O Deputado André Vargas já colocou aqui, outros Deputados já colocaram essa situação.

Enquanto nós não cumprimos aquilo que determina a Emenda Constitucional nº 29 - que é 12% de recursos para saúde - nós vamos continuar sendo impedidos de receber recursos do Governo Federal e a Emenda Constitucional nº 29 é clara.

Então, Sr. Presidente, só para concluir, algumas das situações estão colocadas ali. O Governo Federal também tem feito no seu orçamento geral da União e também tem sido derrubado em Plenário do Congresso Nacional. Não se trata de uma ação de rebeldia deste ou daquele Deputado, nem de querer atrapalhar este ou aquele Governo, é cumprir aquilo que diz a Constituição Federal. São essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está em votação o projeto.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de colocar que, primeiro, não está decidido ainda no Governo Federal, está *sub judice*. Ainda não temos decisão final em relação às questões que o Presidente Lula entende como ligadas às questões da saúde, tanto quanto nós aqui. Segundo, vamos para votação, já discutimos, mas eu gostaria de dizer que acho estranho quando o próprio Deputado Tadeu Veneri que defende essas questões, oriundo de audiências públicas, tenha certeza absoluta de que vai ser vetado pelo Governador. Portanto, fica dando a sensação de que estamos vendendo ilusões.

Deputado Tadeu me disse que tem certeza absoluta que vai ser vetado porque é uma prerrogativa do Governo esse veto. Agora, eu acho que nesse sentido perdemos todos nós. Não estarei mais aqui, mas vai ser vetado pelo Governador e vai ser mantido o veto pela maioria dos Deputados.

O Governo Lula inclui assistência hospitalar e ambulatorial no orçamento da saúde; o Governo Lula coloca educação superior, saneamento básico rural, saneamento básico urbano, desenvolvimento científico, desenvolvimento tecnológico e engenharia, difusão do conhecimento científico e tecnológico. Muito mais amplo e ele deve ter suas razões do que nós aqui que estamos incluindo atendimento aos policiais no Hospital dos Ser-

vidores e no ensino superior através dos hospitais universitários.

Portanto, acho que estamos aqui de certa maneira prestando um desserviço à saúde do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o substitutivo. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Jayme Watt Longo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 528/06, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que isenta de ICMS a saída de óleo diesel destinado ao consumo de embarcações pesqueiras nacionais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 599/06, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros, que objetiva a criar o cargo de provimento em comissão de Secretário de Estado da Criança e dá outras providências. SEM PARECERES **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/05, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Arrancadão de Jericos no município de Serranópolis do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 047/05, de 23/05/05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 309/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em discussão tem como objetivo instituir no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo o Arrancadão de Jericos no município de Serranópolis do Iguaçu.

Constitucionalidade

É de ampla notoriedade que o turismo consiste em importante instrumento de promoção de desenvolvimento econômico-social, implicando em fonte de divisas, investimentos e fomento ao comércio em geral.

Dentre as atribuições da Assembléia Legislativa encontram-se planos e programas de desenvolvimento como se pode constatar do texto da Constituição do Estado:

SEÇÃO II

Das Atribuições da Assembléia Legislativa

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento; (...)

Na esteira, a Constituição estabelece a promoção do turismo como atribuição legal do Estado e Municípios.

Art. 144. O Estado e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Ante o exposto, atendendo aos dispositivos supracitados não se encontra óbice ao regular trâmite por esta Casa Legislativa.

Em sede de parecer, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 309/05.

Sala das Comissões, em 25.10.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 309/05

P A R E C E R :

Diante do exposto pelo autor do presente projeto a inclusão do Arrancadão de Jericos no município de Serranópolis do Iguaçu, que já tem atraído um grande número de pessoas interessadas em assistir este espetáculo poderá se tornar num grande evento turístico que poderá trazer enormes benefícios - não só culturais, como nos negócios comerciais e hoteleiros - ao município.

A sua inclusão no Roteiro Turístico do Estado para ser comemorado no dia 1º de maio de cada ano, não implicará em investimentos que possam ferir o orçamento geral do Estado, razões que nos levam a oferecer o parecer favorável a sua tramitação no douto Plenário desta Casa, onde os nobres pares poderão discutir o seu mérito, optando pela sua aprovação ou não.

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que dispõe sobre a fixação de orientações sobre o DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Causados por Veículos Automotores de Vias Ter-

restres), em estabelecimentos de serviços de saúde pública ou privada e serviços funerários e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22/05/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 273/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela tem como escopo a obrigatoriedade de publicação sobre orientações acerca do DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres), nos locais que especifica.

Constitucionalidade e Legalidade

O projeto de lei em tela tem amparo na Constituição Federal, tanto no que tange a competência administrativa, quanto em relação à competência legislativa nas matérias não abordadas por legislação federal. Neste sentido, assim se posiciona a carta Magna Federal:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Ainda, em relação à competência legislativa:

Art. 24. (...)

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Já em relação à iniciativa legislativa, não há óbice algum previsto na Constituição Estadual, pois a matéria em tela não está no rol de iniciativa privativa do Governador do Estado.

Então, não havendo legislação federal dispondo sobre a matéria do projeto, é perfeitamente legítima a ação legiferante em tela.

Em relação ao mérito, a obrigatoriedade da publicidade pretendida se refere ao seguro disposto na Lei Federal nº 6.194/74, no seguinte sentido:

Art. 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

(...)

l) Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Em relação à técnica legislativa, foram respeitados todos os requisitos da Lei Complementar nº 95/98.

Nesse diapasão, nosso parecer é pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI Nº 273/06

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é de autoria do nobre Deputado Ailton Araújo, que objetiva dispor sobre a fixação de orientações sobre o DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres), em estabelecimentos de serviço de saúde pública ou privada e serviços funerários e dá outras providências.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que emitiu o devido parecer favorável, quanto aos aspectos constitucional e regimental.

Conclusão

Esta Comissão de Saúde, chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 10, do artigo 33 do Regimento Interno, explicita que compete a mesma, manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

Sendo assim, não encontramos nenhum impedimento, quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação da proposta em questão.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que institui-se o Cadastro Obrigatório Estadual das Fontes Geradoras de Radioatividade e Afins. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/06, de 05/06/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 318/06

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de Lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que propõe instituir o Cadastro Estadual das Fontes Geradoras de Radioatividade e Afins. Pela proposição todas as empresas que mantiverem em seu poder fontes de radioatividade e afins, no âmbito do Estado do Paraná, deverão cadastrar-se no Órgão estadual competente, a ser definido pelo Poder Executivo, o qual expedirá certidão de cadastramento.

Caberá ao Estado dar publicidade das empresas cadastradas, através da publicação anual no Diário Oficial do Estado dos dados cadastrais, bem como exercer a fiscalização destas fontes geradoras de radioatividade e afins.

A eventuais penalidades a serem aplicadas por falta de cadastramento e atualização de dados, e as regulamentações complementares desta lei, deverão ser efetuados pelo Executivo.

Em sua justificativa o autor fundamenta a necessidade do controle da localização do armazenamento, quantificação e características das fontes geradoras de radioatividade e afins no Estado, a fim de evitar ou ao menos diminuir os riscos com problemas de saúde que poderão ser causados por eventuais acidentes, evitando-se catástrofes semelhantes já ocorridas em outros Estados e combater eventuais negligências.

Voto e Fundamentação

Embora a competência constitucional para legislar sobre atividades nucleares de qualquer natureza, segundo o artigo 22, inciso XXVI, da nossa Carta Política, seja da União, o que se pretende com a presente iniciativa não é fixar limites ou regular a atividade, senão o de obrigar as empresas que exploram esta atividade econômica, ou utilizarem desta fonte de energia, a se cadastrarem em órgão estadual competente, a fim de atender interesses de competência do Estado, fixadas no artigo 23 da Constituição Federal, como cuidar da saúde do cidadão paranaense, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Desta forma, divergindo do parecer prévio da Assessoria desta Comissão, entendemos que há competência parlamentar na iniciativa de obrigar todas as empresas estabelecidas no Estado ou que em nosso território fizerem uso de fontes geradoras de radioatividade e afins, sejam compelidas a se cadastrar em órgão estadual competente, a ser regulamentado pelo Executivo estadual.

Talvez ao invés da norma, de iniciativa parlamentar, instituir um Cadastro Estadual, um típico ato administrativo, apenas deveria obrigar as empresas, que se enquadram na posse de fontes de geradores de radioatividade e afins, a se cadastrarem em órgão competente, a ser definido pelo Executivo estadual.

Desta forma, entendemos, afastar-se qualquer interpretação de vício de iniciativa.

Assim, para afastar qualquer discussão sobre invasão de competência do Executivo, e sem risco de legislar sobre atividade nucleares, tomamos a liberdade de apresentar um substitutivo, no qual, basicamente deve ser suprimido o artigo 1º do projeto, com uma pequena alteração de redação do artigo 2º, o qual passará a ser o artigo 1º, bem como a renuneração dos demais artigos do projeto original.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 318/06, porém na forma do substitutivo ora proposto, em redação anexa.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 318/06

Art. 1º A empresa que, no limite do Estado do Paraná, mantiver em seu poder fontes de radioatividade e afins, deverá cadastrar-se no órgão competente do Estado.

Art. 2º O órgão competente do Estado expedirá, no prazo de 30 (trinta) dias, certidão de cadastramento.

§ 1º A certidão deverá ser reavaliada anualmente.

§ 2º A certidão de cadastramento só poderá ser expedida e/ou reavaliada após a visita do órgão competente.

Art. 3º O órgão competente do Estado deverá ser informado num prazo máximo de 15 (quinze) dias, sempre que houver alteração das quantidades ou características das fontes geradoras de radioatividade e afins.

Art. 4º O Estado fará publicar anualmente no Diário Oficial do Estado o cadastro completo de todas as fontes geradoras de radioatividade e afins, assim como todas aquelas que deixarem de reavaliar seu cadastro, com a competente exposição de motivos e as medidas tomadas, pelo Órgão fiscalizador.

Art. 5º As empresas que manipulam fontes geradoras de radioatividade e afins, deverão informar no seu cartão o nome de seu representante e o endereço para correspondência.

Art. 6º O Estado terá de usar aparelhos adequados para a fiscalização das fontes geradoras de radioatividade e afins.

Art. 7º O Estado regulamentará, a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação, estabelecendo as penalidades dos infratores e suas regulamentações complementares.

Sala das Comissões, em 12.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a denominar Centro de Educação Especial Lucy Requião de Mello e Silva, o antigo Educandário Santa Felicidade. SEM PARECERES. **Aprovado. (Publ. no DA nº 128/06, de 21/11/06, em Projetos de Lei).**

Discussão Única (Proposições)

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 078/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 229/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com o Sicredi e Sicob, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 229/06

Curitiba, 25 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 214/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 296/05 por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos enumerados nos anexos pronunciamentos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e da Secretaria de Estado da Fazenda, os quais demonstram, com o necessário detalhamento, a total impossibilidade de adoção da medida em referência.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 229/06 encontra-se publicado no DA nº 133/06, de 28.11.06, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 78/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de Lei nº 296/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a celebrar convênios com o Sicredi e Sicob, conforme especifica.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa, os motivos do veto.(...) (grifos nosso).

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somo favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Para encaminhar)**

Sr. Presidente, conforme entendimento mantido com a Liderança do Governo, Deputado Dobrandino da Silva, quando apresentamos esse projeto, ele se estendeu exclusivamente ao Sicredi e Sicob. E o substitutivo que foi feito pelo Deputado Hermas Brandão junto conosco, subscrito e aprovado, o entendimento é que derrubamos esse veto conforme entendimento da Liderança do Governo junto com o Deputado Dobrandino.

Só espero que o Deputado Dobrandino oriente a sua bancada pela derrubada do veto conforme entendimento.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

Nós entendemos que esse projeto na verdade que autoriza o Banco Sicredi a receber tarifas, taxas, principalmente em cidades que só tem o Banco Sicredi. Acho que devemos derrubar o veto para que o projeto possa na verdade entrar em vigor.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Apenas informar os Srs. Deputados que forem favoráveis ao veto se pronunciem com o SIM. Os que forem contrários ao veto, se pronunciando com o NÃO.

Solicito ao 1º Secretário José Maria que proceda a chamada para o voto nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(José Maria Ferreira)**

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apenas para justificativa de voto. Vou votar SIM, Sr. Presidente, a favor do veto, por uma coisa: esse projeto é uma superposição de uma lei que já existe. Isso, nós temos que começar a cuidar. No governo, ainda com o Governador Jaime Lerner, há um projeto meu aprovado nesta Casa, permitindo que haja movimentação de recursos públicos no Sicredi. Essa lei foi aprovada pelo Governador e acabou não sendo posta em prática, porque o Tribunal de Contas não reconhece que o Banco Central ao autorizar o Sicredi exige que sejam associados. A minha votação é em respeito à lei em vigor no Estado do Paraná, que é de minha autoria, inclusive.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**José Maria Ferreira**)
Sr. Presidente, votaram 36 Srs. Deputados.
Trinta e quatro NÃO e dois SIM.
Está mantido o projeto e derrubado o veto.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2903, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2904, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2906 a 2910, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2922, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2911, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2917, de autoria dos Srs. Deputados Tadeu Veneri, Elton Carlos Welter, Pedro Ivo Ilkiv e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2921, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2923 e 2924, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2926 e 2929, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 191, 250, 453 e 487/06.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 061, 247, 248, 545, 548, 555, 560, 563 e 593/06 e dos de Resolução nºs 005, 006 e 019/05 e 018/06.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO EM SESSÃO DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

Um Homem Plantando Árvores

Walmor Macarini

Enquanto houver pessoas plantando árvores deve-se acreditar que o mundo tem salvação. Há os que as destroem e há os que as cultivam. Entre certos ambientalistas que chegam a extremos de fanatismo e os depredadores embrutecidos, fico com os primeiros.

Caminho à margem do Lago Igapó-2, como regularmente faço, e vejo um homem plantando árvores. Várias mudas, frutíferas e ornamentais, cujos frutos e cuja sombra poderão ser para ele mas também para os futuros passantes. Ele é um cidadão comum, que aproveita o dia do pós-chuva e vai enriquecendo a natureza.

Paro para cumprimentá-lo e conversar um pouco, porque pessoas assim são muito agradáveis e não têm gripos. Ambos observamos que ali existem muitos cedros jovens, árvore milenar que quase se extinguiu por aqui. A maioria das pessoas não distingue essa planta das demais, embora possa ter em casa uma mesa ou um guarda-roupa antigos confeccionados com essa madeira nobre.

Li no último dia 10, em artigo desta página, que o Governo inglês divulga plano mundial para a privatização da Amazônia, porque o Brasil não está cuidando dela. E não só não cuida como permite a devastação da floresta, da fauna e das reservas minerais. E o Exército brasileiro não é convocado pelo Presidente da República para guardar essa riqueza planetária. Como os militares, certa ocasião, assumiram o poder à força - porque o momento de baderna dos políticos, tal qual agora, o exigia - deveriam, à revelia do Presidente, tomar de assalto a Amazônia Legal e preservá-la. Antes que mãos estranhas o façam.

Por trás do movimento intervencionista externo estão nomes de peso que deixaram a política a atuar - com muito mais proveito - pela preservação ambiental: Al Gore, Mikhail Gorbachev, François Mitterrand, Henry Kissinger. Agora Lula quer afastar Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, porque a ex-colega das Minas e Energia, Dilma Rousseff - que tem nas entranhas dínamos e turbinas e agora assessora o Presidente - não gosta da doce e mansa companhia.

Este é o desenvolvimento suicida que habita as mentes dos insensatos. Anteontem, na seção de opinião dos leitores deste jornal, uma cidadã de Ortigueira pergunta se vale mais a vida dos bichos ou dos humanos. Ela defende a construção da usina hidrelétrica planejada para Mauá da Serra, que inundará matas e algumas terras aráveis. Ocorre que os humanos não precisam tanto assim da usina - quando despontam, cada vez mais, energias alternativas e menos devastadoras.

Por ora o Brasil não necessita de mais energia elétrica, e para o futuro próximo nos aguardam fontes mais limpas, não destruidoras do ambiente. Um dia os pósteros pedirão socorro ante a natureza devastada. Mas os que tanto destruíram matas e animais, poluíram a terra, as águas e o ar, defenderam e construíram represas que afogaram terras férteis, não estarão mais aqui para ver o estrago. Talvez estejam nos umbrais descabelando-se de remorso.

Walmor Macarini é jornalista na Folha de Londrina. Os artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do jornal, opinião@folhadelondrina.com.br.

Publicações:

Comissão Executiva

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 222

Autoria: Deputado Padre Paulo Campos

SÚMULA:

Sugere a inclusão do “Ensino Religioso” no Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Governador do Estado.

O Deputado Padre Paulo Campos dirige-se a V. Exa. para sugerir e expor o que segue:

I - Sugere-se que seja incluído a matéria do Ensino Religioso, na grade de ensino fundamental e médio, em todas as Escolas e Colégios Públicos do Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 07.03.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A inclusão da matéria de ensino religioso, tem por objetivo conhecer e viver a religião, em sentido *lato sensu*, fazer discriminação a nenhuma das existentes.

O conteúdo da matéria possui por objetivo geral, entre outros:

a) a fomentação do hábito de leitura e reflexão desse tema;

b) a complementação na formação dos cidadãos, através da reflexão religiosa;

c) a criação do olhar religioso para a realidade social de cada educando paranaense.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 225

Autoria: Deputado Nereu Moura

SÚMULA:

Sugere a inclusão dos benefícios do SAS - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores, os funcionários públicos ocupantes de cargos em comissão.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração e da Previdência, e Exmo. Sr. Governador do Estado.

O Deputado Nereu Moura dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

O artigo 1º do Decreto 5303, de 02 de fevereiro de 2002, deve incluir entre os beneficiários do SAS - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores, os funcionários públicos ocupantes de cargos em comissão, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, o Departamento de Assistência à Saúde - DAS, com a atribuição de gerir o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Civis Efetivos, Comissionados e Militares, Ativos, Aposentados, da Reserva Remunerada, Reformados e seus Dependentes, bem como os Pensionistas do Estado do Paraná”.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 15.03.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O Sistema de Assistência à Saúde - SAS - atualmente tem por objetivo oferecer ações de saúde necessárias à recuperação e manutenção da saúde dos servidores públicos efetivos e militares do Estado do Paraná, bem como de seus dependentes, na forma do artigo 1º de seu regulamento.

As ações de saúde, referidas no *caput* do referido artigo, são prestadas por unidades hospitalares ou suas mantenedoras, especialmente contratadas para esse fim, correspondendo à: a) assistência ambulatorial, incluindo consultas médicas de todas as especialidades, exames complementares, terapias e tratamentos; e b) assistência hospitalar, incluindo internações clínicas e cirúrgicas, em todas as especialidades, com cobertura obstétrica.

Assim sendo, dada a importância do SAS para o funcionamento do Estado, não se justifica a distinção entre os funcionários efetivos e comissionados, pelo menos no que tange ao direito à Saúde.

É reivindicação constante do subscritor, assim como do governo estadual, a melhoria nas condições de trabalho dos servidores públicos. E, no gênero, inclui-se a “espécie” servidores comissionados. Também, por parte dos funcionários comissionados, há reivindicação a fim de que os benefícios do SAS sejam a eles estendidos.

Sabe-se que os servidores públicos são guiados pelos princípios maiores, fundando sua atuação na moralidade, devendo enveredar-se pela preservação da honra e da tradição dos serviços públicos. Natural que, para tanto, sejam concedidos alguns benefícios inerentes aos direitos fundamentais.

Nota-se que não há distinção no dever de atendimento de interesse público entre os funcionários comissionados ou efetivos. Logo, apresenta-se justo o pleito aqui trazido a V. Exas.

Por fim, ressalta-se que, diante da quantidade inferior de funcionários comissionados, o impacto orçamentário pode ser suportado pelo Estado, sendo que o benefício decorrente certamente compensaria o esforço governamental.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 226

Autoria: Deputado Hermas Brandão

SÚMULA:

Sugere a denominação da Sala da Diretoria do Colégio Estadual Joaquim Maria Machado de Assis, do município de Santa Mariana, de Sala Professora Silvana-Souza Uzae de Souza.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Hermas Brandão dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Atendendo solicitação do Vereador José Antônio Colombo, solicitamos que a Sala da Diretoria ou a Sala dos Professores do Colégio Estadual Joaquim Maria Machado de Assis, do município de Santa Mariana, seja denominada Sala Professora Silvana Souza Uzae de Souza.

A professora Silvana, muito querida por toda a comunidade, prestou relevantes serviços ao estabelecimento de ensino, diretora no período de 2002 a 2005. Veio a falecer no começo deste ano, vítima de câncer.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 15.03.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 227

Autoria: Deputado Reni Pereira

SÚMULA:

Requer envio de expediente à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Fazenda, à Secretaria da Receita Federal e à Superintendência Regional da Receita Federal, sugerindo a alteração do artigo 603 do Decreto 4543 (Regulamento Aduaneiro) e do Decreto Lei nº 37.

Exma. Sra. Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff

O Deputado Reni Pereira dirige-se à V. Exa. para solicitar à adoção de medidas para a alteração urgente do artigo 603 do Decreto 4543 do Regulamento Aduaneiro e do Decreto Lei nº 37, com efeitos retroativos, de forma a equilibrar a atividade fiscalizatória da Receita Federal sem afrontar demais dispositivos de leis que garantem a atividade de concessionários de serviço de transporte de passageiros como taxis, vans, microônibus e ônibus de turismo, aluguel ou concessionários de serviços de transportes, a fim de preservar não só atividades lícitas do segmento de transporte, como a manutenção do equilíbrio

jurídico, social e de relações diplomáticas com o Paraguai e mais celeridade na atividade fiscal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 21.03.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A Superintendência da Receita Federal, cumprindo seu papel fiscalizador, tem como prioridade na fronteira do Brasil com o Paraguai, em especial na cidade de Foz do Iguaçu, o combate ao contrabando e vem - na medida do possível, e com o contingente humano disponível - desempenhando com esmero sua função.

Ocorre que o atual Regulamento Aduaneiro, Decreto 4543 no seu artigo 603 disciplina que:

- responde pela infração de transportar mercadorias ilegais o proprietário e/ou consignatário do táxi onde a mercadoria está sendo transportada, no exercício de atividade própria do veículo e também nos casos de omissão de seus tripulantes.

Ocorre que tal dispositivo tem sendo cumprido à risca pela Receita Federal de Foz do Iguaçu, como era de se esperar de agentes públicos. Tais diligências têm causado inúmeras indignações e manifestações por parte de concessionários, autoridades e representantes do lado brasileiro e paraguaio, que por sua vez ficam perplexos com tais apreensões imaginando tratar-se de discricionariedade dos agentes públicos, já que a legislação em vigor, tanto na esfera Federal, Estadual e Municipal, garante a atividade própria de tais veículos e profissionais sem a observância de atividades que não lhe são inerentes e para as quais também não são competentes como a fiscalização da bagagem de seus passageiros.

A Constituição Federal em seu artigo 5º dispõe: *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer...* Ressalvadas as devidas proporções, mas ao mesmo tempo garantindo a igualdade da lei a todos como garante a Constituição Federal teríamos que sugerir, caso não se entenda necessária tal alteração, que a Receita Federal passe a apreender também os aviões comerciais que fazem rota internacional quando algum de seus passageiros transportar na bagagem produtos ou mercadoria ilícita ou excedente da cota.

Salientamos ainda que entendemos que a atividade fiscalizatória na fronteira preserva milhares de empregos na indústria nacional, bem como a garantia do recolhimento de tributos que garante o papel do Estado, mas invocamos a obediência da hierarquia das leis e a supressão dos artigos referidos como forma de garantir que a mesma lei que faz com que a sociedade e os cidadãos e cidadãos respeitem o Estado e seus agentes como garantidores da ordem pública se aplique também na garantia de atividades lícitas como a concessão de serviços públicos de transportes de passageiros.

Diante do exposto, peço aos nobres Parlamentares que aprovem a presente Indicação Legislativa e que se

somem a nós nesta luta em favor do respeito às leis e aos cidadãos da fronteira do Paraná e do Brasil.

Segue anexo, cópias de reportagens de jornais locais demonstrando os conflitos sociais, econômicos e diplomáticos gerados e matéria da Revista CNT - transporte edição 126 tratando dos conflitos legais enfrentados pelos concessionários.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 228

Autoria: Deputado Reni Pereira

SÚMULA:

Sugere ao Detran-PR (Departamento Estadual de Trânsito do Paraná), a criação de um programa ou parceria, que permita a doação à entidades sem fins lucrativos de Portadores de Necessidades Especiais, de motos apreendidas pelos órgãos fiscalizadores, para adaptação ou transformação em cadeiras motorizadas.

Exmo. Sr. Diretor:

O Deputado Reni Pereira, sugere a V. Exa. a criação de um programa ou parceria com a finalidade de destinar, via doação de motos ou sucatas de motos apreendidas pelos órgãos fiscalizatórios, para que as mesmas sejam utilizada por entidades representativas sem fins lucrativos, visando a adaptação ou a transformação em cadeiras motorizadas para portadores de necessidades especiais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 04.04.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa para tal ato deve-se ao fato de que a comunidade cobra do Poder Público ações que possibilitem cada vez mais a dignidade e acesso à oportunidade a todos. A melhoria da qualidade de vida em relação a alguns portadores de necessidades especiais está ligada diretamente à sua limitação de locomoção.

A CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, através da Campanha da Fraternidade, ressalta a importância da sociedade como um todo, facilitar a integração dos portadores de necessidades especiais em todos os sentidos. Vale ressaltar a importância deste ato, uma vez que, em todo o Paraná existem, segundo dados dos órgãos competentes, cerca de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) deficientes físicos que necessitam de algum tipo de apoio dos poderes local e estadual.

A indicação legislativa em tela vai ao encontro também do Requerimento nº 021/06 de autoria do Vereador Tadeu Madeira, aprovado por unanimidade pela Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu.

Os interesses da comunidade paranaense certamente ampararão a ação requerida do Executivo paranaense, vez que tanto no aspecto social como econômico, o

Estado dará uma finalidade louvável não só às sucatas como às próprias motos apreendidas.

Certamente, ao critério da eficiência do papel do Estado, cuja arrecadação em leilões de veículos do gênero muitas vezes não cobre nem os custos da guarda e estacionamento do Detran, somar-se-ão os benefícios da celeridade da doação ou destinação para utilização ou adaptação como cadeiras ou veículos especiais motorizados por parte das entidades que representam os portadores de necessidades especiais. Assim, esta iniciativa do Detran do Paraná também colaboraria para que os poderes públicos, na forma da legislação em vigor, façam as adequações nas calçadas, entre outras ações de respeito aos portadores de necessidades especiais.

Diante do exposto, peço aos nobres Parlamentares que aprovelem a presente Indicação Legislativa e que se somem a nós nesta luta em favor dos portadores de necessidades especiais.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 229

Autoria: Deputado Ailton Araújo

SÚMULA:

Sugere a criação do Programa de Apoio às Mulheres com Neoplasia Trofoblástica Gestacional no Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Deputado Estadual Ailton Araújo REQUER a esta Casa a aprovação da presente indicação, que sugere ao Poder Executivo a criação do Programa de Apoio às Mulheres com Neoplasia Trofoblástica Gestacional no Estado do Paraná, e dá outras providências, conforme o disposto a seguir:

1. fica criado o Programa de Apoio às Mulheres com Neoplasia Trofoblástica Gestacional no Estado, a ser oferecido pelos órgãos públicos de saúde.

2. O programa, disposto no artigo anterior, tem por finalidade apoiar, orientar, tratar, reabilitar e reintegrar pacientes e ex-pacientes acometidas pela referida doença.

3. Para o desenvolvimento do programa, o mesmo contará com equipes multidisciplinares formadas por médicos(as), psicólogos(as) e assistentes sociais, visando oferecer:

3.1. tratamento quimioterápico;

3.2. amparo psicológico e social à mulher acometida pela doença;

3.3. local apropriado para realização de reuniões de auto-ajuda às mulheres que se encontram nessa condição;

3.4. exames periódicos de ultrassonografia, dopplerfluxometria, dosagem de HCG, exame histopatológico, raio X dos pulmões, histeroscopia, laparoscopia, tomografia computadorizada e ressonância magnética, entre outros, com a finalidade de controle ou prevenção da doença;

3.5. perucas às pacientes em tratamento quimioterápico;

3.6. estimular a criação de grupos de auto-ajuda, formados por pacientes voluntários com a finalidade de orientar, ajudar e dar amparo às mulheres portadoras da doença nas fases pré-operatória, pós-operatória, pré-quimioterápica e pós-quimioterápica.

4. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado de Saúde, suplementadas, se necessário.

5. O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a sua promulgação.

6. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 04.04.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O coriocarcinoma (câncer da Doença Trofoblástica Gestacional) que se origina da mola hidatiforme, constitui uma das complicações mais graves da gestação. Atinge, com mais frequência, as adolescentes e as mulheres com mais de 35 anos, situando esses dois grupos de mulheres em alto risco de morte.

A maioria dos casos exige quimioterapia e algumas vezes, tratamento cirúrgico - a retirada do útero.

Ambas as modalidades de tratamento proporcionam graves repercussões e risco físico e psíquico femininos.

Infelizmente a Doença Trofoblástica Gestacional é pouco conhecida e muito freqüente entre as mulheres do terceiro mundo, do Brasil e em especial correspondendo a um (1) caso em cada cem (100) gestações. Evidentemente, além do tratamento médico indispensável para alcançar a cura e o retorno à normalidade, torna-se imprescindível oferecer a essas mulheres apoio psicológico.

No momento em que todas as estatísticas mostram o papel e importância da mulher tanto com força real de sustentação para o país e para o seu ambiente familiar, não temos dúvida que a nossa contribuição para manutenção desses lares, diminua o impacto causado por suas ausências.

Saúde Pública

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e seis reuniu-se na sala de reunião das comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi e contando com a presença dos seguintes Deputados: Reni Pereira, Dobrandino da Silva, Elio Rusch e Padre Paulo Campos. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 160/06, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Com parecer da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 246/06 de autoria do Deputado Rafael Greca. Com parecer do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 273/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo. Com parecer do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 312/06 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Com parecer do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário desta Comissão.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

Osmar Prestes - Secretário

